



ÁSIA DO SUL

A Ásia é o maior e mais povoado continente do mundo e tem uma grande importância geoestratégica para a UE, que está a criar laços mais estreitos com os países da Ásia do Sul, enquanto forte parceiro económico e um doador fundamental em matéria de desenvolvimento, assim como um importante doador de ajuda, agindo para fomentar o desenvolvimento das instituições, a democracia, a boa governação e os direitos humanos. A UE tem também algumas preocupações no que diz respeito à segurança na região, nomeadamente o conflito na Caxemira a situação no Afeganistão.

A presente ficha informativa descreve a região da Ásia do Sul. Consulte igualmente as fichas informativas sobre a Ásia Oriental (ver ficha [5.6.8.](#)) e a Ásia do Sudeste (ver ficha [5.6.9.](#)).

BASE JURÍDICA

- Título V (ação externa da UE) do Tratado da União Europeia (TUE);
- Artigos 206.º e 207.º (comércio) e artigos 216.º a 219.º (acordos internacionais) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE);
- Acordos de Parceria e Cooperação (APC) (relações bilaterais).

ASSOCIAÇÃO DA ÁSIA DO SUL PARA A COOPERAÇÃO REGIONAL (SAARC)

A UE incentiva a integração regional e apoia a Associação da Ásia do Sul para a Cooperação Regional (SAARC). Os países membros da SAARC são o Afeganistão, o Bangladeche, o Butão, a Índia, as Maldivas, o Nepal, o Paquistão e o Sri Lanca. A UE, a China, o Irão, o Japão, a Coreia do Sul, a Maurícia, a Birmânia/Mianmar e os EUA têm estatuto de observador na SAARC.

A cooperação para o desenvolvimento entre a UE e os países da Ásia do Sul abrange a ajuda técnica e financeira, assim como a cooperação económica. As prioridades são a estabilidade regional, a redução da pobreza, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a boa governação e os direitos laborais. A cooperação UE-SAARC visa promover a harmonização de normas e a simplificação das trocas comerciais e sensibilizar para os benefícios da cooperação regional.

Índia



A parceria estratégica entre a UE e a Índia promove o comércio e a cooperação económica. Cada parceiro tem regiões que diferem grandemente em termos de poder económico, língua e cultura, um mercado muito vasto e uma posição geoestratégica que suscita preocupações em matéria de segurança.

O Conselho da UE adotou conclusões, [em 10 de dezembro de 2018](#), procurando um diálogo mais profundo e mais amplo com a Índia através da promoção da paz e da segurança nos próximos anos.

A Índia está a levar a cabo reformas políticas e económicas centradas na modernização da administração, na boa governação, na luta contra a corrupção através de programas de desmonetização e de transparência, no combate aos problemas sociais, no desenvolvimento da economia mediante iniciativas como a «Made in India» e «Invest in India», assim como na criação de um imposto nacional sobre bens e serviços.

O Programa de Ação UE–Índia 2020, aprovado na cimeira de 2016, estabelece fóruns de consulta no domínio da política externa e de segurança. A Índia é uma potência nuclear, como os seus vizinhos do Paquistão e da China, e enfrenta problemas de segurança, terrorismo e confrontos armados nas fronteiras, especialmente com o Paquistão, no estado autónomo de Jammu e em Caxemira.

Um atentado suicida, perpetrado em 14 de fevereiro de 2019, causou a morte de mais de 40 soldados indianos em Caxemira. O grupo terrorista Jaish-e-Muhammed (JeM), sediado no Paquistão, reivindicou a responsabilidade, e o ataque aéreo lançado pela Índia em resposta ao atentado provocou o maior confronto militar entre a Índia e o Paquistão em décadas de tensões militares e conflitos.

Em agosto de 2019, o Governo indiano revogou o estatuto especial do Estado de Jammu e Caxemira. Esta decisão suscitou protestos violentos e colocou em causa a estabilidade política na região. Mais de 900 milhões de pessoas puderam votar nas eleições gerais da Índia, organizadas em sete fases ao longo de cinco semanas, entre 11 de abril e 19 de maio de 2019. O partido nacionalista Bharatiya Janata, de Narendra Modi (BJP), obteve 303 dos 545 lugares na Lok Sabha, o resultado mais elevado da sua história, derrotando o Partido do Congresso Nacional Indiano, de Rahul Gandhi (CNI), e os seus aliados.

Em 21 de outubro de 2019, realizaram-se eleições legislativas nos Estados de Maarastra e Haryana. A aliança BJP-Shiv Sena obteve a maioria absoluta dos lugares em Maarastra, enquanto nenhuma das partes obteve maioria em Haryana, onde o BJP conseguiu garantir 40 lugares. As próximas eleições terão lugar entre novembro e dezembro de 2019, no Estado de Jharkand.

O sistema de castas da Índia é uma das mais antigas formas de organização de classes sociais, o que suscita preocupações relativamente à constante discriminação com base na casta. O país é também um mosaico étnico e linguístico, registando-se tensões num certo número de Estados e havendo relatos de graves violações dos direitos humanos e dos direitos das mulheres e das crianças.

O comércio de mercadorias entre a UE e a Índia foi avaliado em 90 mil milhões de EUR em 2018, com um excedente de cerca de 2 mil milhões de EUR em benefício da



Índia. A UE é também uma das mais importantes fontes de investimento do país, com 76,7 mil milhões de EUR de saídas e 11 mil milhões de EUR de entradas em 2017. A Índia beneficia atualmente de tarifas preferenciais unilaterais ao abrigo do Sistema de Preferências Generalizadas da UE (SPG), que associa as preferências comerciais unilaterais ao respeito pelos direitos humanos e laborais.

Paquistão

As relações entre a UE e o Paquistão datam de 1962 e baseiam-se, atualmente, no acordo de cooperação de 2004. Enquanto importante doador em matéria de desenvolvimento, assim como um importante doador de ajuda, a UE apoia a promoção da democracia e o reforço institucional no Paquistão. A UE tem sérias preocupações quanto à situação dos direitos humanos, a lei sobre a blasfémia e os tribunais militares especiais do Paquistão.

As eleições para a Assembleia Nacional e as assembleias provinciais, em julho de 2018, tiveram lugar num contexto de tensões políticas entre a Liga Muçulmana do Paquistão, grupo Nawaz Sharif (PML-N), então no poder, e as forças da oposição, lideradas pelo partido paquistanês Tehreek-e-Insaf (PTI), que ganhou as eleições. A UE enviou uma missão de observação eleitoral (MOE), liderada pelo chefe dos observadores, Michael Gahler (PPE, Alemanha), composta por dez observadores do Parlamento Europeu.

O mundo político paquistanês tem vivido perturbações constantes desde as revelações de corrupção do antigo primeiro-ministro, Nawaz Sharif, no caso dos Documentos do Panamá, em 2016. Nawaz Sharif foi forçado a demitir-se, em julho de 2017, e condenado a uma pena de prisão de dez anos em julho de 2018.

Os dois principais partidos da oposição debatem-se atualmente com escândalos de corrupção. Shehbaz Sharif, irmão de Nawaz Sharif e atual presidente da Liga Muçulmana do Paquistão (LMP), está a ser investigado por corrupção durante o seu mandato de ministro do Estado do Penjabe. Em junho de 2019, Asif Ali Zardari, atual líder, na prática, do Partido Popular do Paquistão e antigo presidente, foi detido sob alegações de branqueamento de capitais.

O exército ainda está envolvido na política interna e externa, com um amplo mandato para questões de segurança e de luta contra o terrorismo, ao passo que as tensões sectárias, o terrorismo e a insegurança aumentam diariamente.

Em agosto de 2019, a UE alargou o seu apoio ao Paquistão, com um programa de 4 milhões de EUR para a luta contra o terrorismo na sequência do plano de colaboração estratégica UE-Paquistão, de junho de 2019. No entanto, as relações com a Índia deterioraram-se na sequência da decisão do país de revogar o estatuto especial de Jammu e Caxemira.

O Paquistão é um dos principais beneficiários de preferências comerciais unilaterais da UE, ao abrigo da componente SPG+ do SPG, reintroduzida em 2014. No quadro do processo, a Comissão do Comércio Internacional do Parlamento acompanha o cumprimento dos requisitos do SPG+, com base no relatório de avaliação bienal da Comissão sobre o Paquistão (2016-2017). A UE é o segundo maior parceiro comercial do Paquistão (a seguir à China), com um total de trocas comerciais bilaterais que



ascende a 12,6 mil milhões de EUR, em 2018, absorvendo a UE mais de 35 % do total das exportações do Paquistão. O Paquistão tem um excedente comercial de 1,2 mil milhões de EUR com a UE.

A UE é um importante doador de ajuda ao desenvolvimento e de ajuda humanitária ao Paquistão. O financiamento ao abrigo do Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento ascende, para o período de 2014-2020, a 653 milhões de EUR.

Afeganistão

Em 18 de fevereiro de 2017, foi assinado um Acordo de Cooperação UE–Afeganistão em matéria de Parceria e Desenvolvimento (ACPD), que foi aprovado pelo Parlamento Europeu em 13 de março de 2019.

Em 26 de agosto de 2018, a UE e os seus Estados-Membros aprovaram o roteiro da UE para um compromisso com a sociedade civil no Afeganistão para o período 2018-2020.

Os talibã — e, mais recentemente, o grupo conhecido como Estado Islâmico (EI) — colocam sérios desafios em matéria de segurança. O Afeganistão está em risco de se tornar um «Estado falhado». Um reforço da cooperação regional seria um importante motor da estabilidade nacional e regional. A UE, com o forte apoio do Parlamento Europeu, pretende um processo de paz liderado, assumido e controlado pelos afegãos. De um ponto de vista institucional, os principais desafios que o Afeganistão enfrentou foram as eleições legislativas e as eleições dos conselhos distritais de 20 de outubro de 2018 (por realizar desde 2015) e a reforma constitucional, pendente desde as eleições de 2014.

O Afeganistão é o maior beneficiário de financiamento da UE em prol do desenvolvimento na Ásia. A UE afetou 1,4 mil milhões de EUR ao Afeganistão para o período 2014-2020. Cerca de 20 % dos fundos estão reservados a «pagamentos de incentivos», subordinados a reformas. A comunidade internacional prometeu 13,6 mil milhões de EUR para apoiar a paz, a segurança e o desenvolvimento económico no Afeganistão durante o período de 2017-2020. O Afeganistão beneficia do regime de trocas comerciais mais favorável da UE, o regime «Tudo Menos Armas» (TMA). Na Conferência de Bruxelas para o Afeganistão, em outubro de 2016, a UE e os seus Estados-Membros, principais doadores internacionais do Afeganistão, prometeram, coletivamente, 5 mil milhões de EUR. A UE anunciou, na Conferência Ministerial de Genebra, em novembro de 2018, que iria doar 474 milhões de EUR para reformas do setor público e o apoio à consolidação do Estado.

O projeto financiado pela UE, intitulado «Gestão das Fronteiras no Norte do Afeganistão», foi concluído em 7 de setembro de 2019. A UE já contribuiu para o desenvolvimento de sete pontos de passagem de fronteira (PPF) no país.

Em junho de 2019, foi lançado o Mecanismo de Apoio à Paz no Afeganistão, financiado pela UE. Em agosto de 2019, a delegação da UE para o Afeganistão atribuiu 1 milhão de EUR à organização dos meios de comunicação social *Salam Afghanistan*, a fim de garantir uma melhor sensibilização do público e maior transparência no que toca às notícias e às reportagens sobre as eleições.



O Parlamento manifestou a sua grande preocupação face à insurreição crescente e às ações perpetradas pelos talibãs contra as minorias, nomeadamente a comunidade xiita Hazara.

Em 28 de setembro de 2019, realizaram-se eleições presidenciais. O resultado final deveria ter sido anunciado em 7 de novembro de 2019, mas a comissão eleitoral afirmou que os resultados seriam adiados. Em 22 de outubro de 2019, representantes da UE, das Nações Unidas, do Reino Unido, dos EUA, da França, da Alemanha, da Itália e da Noruega reuniram-se em Bruxelas e instaram o Afeganistão a garantir a transparência dos resultados. Os talibã organizaram vários ataques durante a campanha presidencial.

Bangladeche

As relações UE–Bangladeche datam de 1973. O Acordo de Cooperação de 2001 abrange o desenvolvimento económico do Bangladeche, os direitos humanos, a boa governação e o ambiente. A terceira sessão de consultas diplomáticas entre a UE e o Bangladeche realizou-se em 19 de julho de 2018, abrangendo uma vasta gama de questões políticas e desenvolvimentos.

A UE prometeu um máximo de 690 milhões de EUR, ao abrigo do Programa Indicativo Plurianual de 2014-2020. A UE sublinhou a necessidade de reformas políticas do Bangladeche para melhorar o seu ambiente empresarial e atrair mais comércio e investimento.

Em julho de 2019, a UE lançou dois programas no Bangladeche, vocacionados para a gestão das finanças públicas e as reformas nacionais em matéria de segurança social.

O Bangladeche é uma democracia parlamentar onde o poder alterna entre dois partidos, a Liga Awami (LA) e o Partido Nacionalista do Bangladeche (BNP).

Graças a um sector privado e a uma mão de obra barata, o crescimento económico do Bangladeche foi de 7,3 % em 2018, o que o coloca entre os poucos países a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. No entanto, os direitos dos trabalhadores e as condições de trabalho continuam a ser um problema grave no país, em especial nas zonas onde se situam as fábricas de vestuário nos arredores de Daca.

Enquanto país menos avançado (LDC), o Bangladeche beneficia do regime TMA, o regime comercial mais favorável disponível ao abrigo do SPG da UE.

Na reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 28 de fevereiro de 2019, o Bangladeche anunciou que iria fechar a sua fronteira aos refugiados Rohingya de Mianmar/Birmânia. Desde agosto de 2017, pelo menos 700 000 refugiados Rohingya fugiram da perseguição no Mianmar/Birmânia. Em outubro de 2019, a Amnistia Internacional publicou uma declaração na qual instava o Bangladeche a investigar as execuções extrajudiciais e os desaparecimentos forçados de refugiados Rohingya em todo o país. Em agosto de 2019, milhares de refugiados protestaram contra a tentativa do Bangladeche, de Mianmar/Birmânia e das Nações Unidas de os repatriar por questões de segurança. Devido à sobrelotação dos campos de refugiados, o Bangladeche prevê a recolocação de milhares de refugiados Rohingya numa ilha da Baía de Bengala.



Sri Lanca

As relações UE–Sri Lanka datam do Acordo de Cooperação de 1975, atualizado em 1995 por um Acordo de Cooperação em matéria de Parceria e Desenvolvimento de terceira geração. A UE voltou a conceder ao Sri Lanka os benefícios do SPG+ em maio de 2017, como incentivo para as reformas políticas e o cumprimento das convenções internacionais em matéria de direitos humanos, direitos dos trabalhadores, proteção do ambiente e boa governação. Foi concedido acesso à UE às exportações do Sri Lanka ao abrigo do Sistema de Preferências Generalizadas + da União (SPG+), em maio de 2017, e o Parlamento Europeu acompanha de perto os progressos do Sri Lanka no que diz respeito ao cumprimento efetivo dos critérios do SPG+. Na última década, a UE atribuiu ao Sri Lanka 760 milhões de EUR de ajuda ao desenvolvimento. A UE é o segundo maior parceiro comercial do Sri Lanka (a seguir à Índia), com um comércio bilateral de mercadorias avaliado em cerca de 4,5 mil milhões de EUR, em 2018, e um saldo comercial de 1,3 mil milhões de EUR em benefício do Sri Lanka.

O Sri Lanka viveu uma guerra civil de 1983 a 2009, que opôs o governo de maioria cingalesa e os Tigres de Libertação do Elam Tamil (LTTE). Incentivado pela vitória do exército, o então Presidente Mahinda Rajapaksa organizou eleições presidenciais antecipadas em janeiro de 2015, mas foi derrotado por Maithripala Sirisena, do Partido da Liberdade do Sri Lanka (SLFP). O presidente Maithripala Sirisena designou como seu primeiro-ministro Ranil Wickremesinghe, do Partido Nacional Unido (UNP). Após as eleições parlamentares de agosto de 2015, o UNP formou um governo de unidade com a SLFP, com base num programa de boa governação, reconciliação nacional e relações com a comunidade internacional. A mudança de governo conduziu a um forte crescimento económico, bem como ao reforço da cooperação com a UE. A UE e o Sri Lanka realizaram a 22.ª reunião da Comissão Mista em 14 de fevereiro de 2019, em Bruxelas.

Os direitos humanos devem ser uma prioridade. País dividido por tensões étnicas e religiosas, o Sri Lanka tem um longo caminho a percorrer para cumprir as normas internacionais e as novas eleições poderão ser uma oportunidade para abordar temas como a pena de morte, a tortura, a justiça transicional, a liberdade de expressão, o extremismo religioso e a igualdade de género.

No domingo de Páscoa, 21 de abril de 2019, mais de 250 pessoas foram mortas em nove atentados à bomba que visaram três igrejas católicas e hotéis no Sri Lanka. O grupo conhecido como Estado Islâmico reivindicou a responsabilidade, mas o Governo do Sri Lanka também acusou os membros do National Thotrim Jamath (NTJ), um grupo dissidente do Sri Lanka Thotrim Jamath (STJ).

Em 30 de agosto de 2019, reuniu-se em Colombo o grupo de trabalho conjunto UE-Sri Lanka sobre governação, o Estado de Direito e os direitos humanos. O Sri Lanka comprometeu-se a aplicar as convenções internacionais e, em troca, voltou a poder beneficiar do regime SPG+ da UE. Os debates incidiram sobre os progressos em matéria de direitos humanos e liberdades fundamentais, direitos das mulheres e das crianças, direitos das minorias e abolição da tortura e da pena de morte.

Em agosto de 2019, a Comissão atribuiu 8,5 milhões de EUR ao Sri Lanka no quadro do seu instrumento para a estabilidade e a paz, para a luta contra o extremismo



violento, para o reforço da resiliência comunitária e para a promoção da paz e da tolerância.

Nepal

As relações entre a UE e o Nepal datam de 1973 e baseiam-se no Acordo de Cooperação de 1996. Com perto de um quarto da população a viver com menos de 2 dólares norte americanos por dia, 25 % do orçamento do Nepal depende da ajuda externa. A 10.^a reunião da Comissão Conjunta UE-Nepal realizou-se em 28 de junho de 2018 e fez o balanço da aplicação das atuais modalidades de cooperação.

O acordo de financiamento referente à contribuição da UE para a agricultura e o desenvolvimento rural (CARD) no Nepal, avaliado em 40 milhões de EUR, foi assinado na reunião. A UE é um dos maiores doadores de ajuda ao desenvolvimento ao Nepal, tendo triplicado a assistência ao desenvolvimento que atribui, para 360 milhões EUR durante o período de 2014-2020. A UE também reiterou a importância para o Nepal de aproveitar melhor as preferências comerciais concedidas pela UE ao abrigo do regime «Tudo menos armas» (TMA), uma vez que as trocas comerciais bilaterais ascenderam a 500 milhões de EUR em 2018. Em 8 de novembro de 2019, a comissão conjunta Nepal-UE reuniu-se em Catmandu. Existem elevados níveis de desigualdade entre as castas superiores e inferiores e comunidades marginalizadas, como os Madhesi. A China e a Índia estão em concorrência para influenciar o país.

A Aliança Comunista (formada pelo partido comunista do Nepal marxista-leninista unificado, CPN-UML, e pelo partido comunista do Nepal, centro maoísta, CPN-MC) derrotou o Partido do Congresso em dezembro de 2017, com uma maioria esmagadora nas eleições legislativas. A Aliança Comunista também venceu as eleições locais que decorreram de maio a setembro de 2017, em três fases, após o boicote pelos representantes Madhesi em Terai.

Butão

Isolado do mundo exterior durante séculos, o Butão está a adaptar-se à globalização e a fortalecer a sua economia, preservando simultaneamente as suas tradições ancestrais. O Butão transitou de forma pacífica para uma democracia parlamentar, regida por uma constituição adotada em 2018, que garante a separação de poderes numa monarquia constitucional.

O Programa Indicativo Plurianual da UE para 2014-2020 atribui 49,3 milhões de EUR de assistência ao Butão. Desde 1982 que a UE tem uma forte presença no Butão, trabalhando para reduzir a pobreza, promover a democratização e a boa governação, bem como apoiar a agricultura sustentável e os recursos naturais renováveis. Em 24 de maio de 2018, foi lançado um novo «projeto de apoio ao comércio UE-Butão», com o objetivo de melhorar o acréscimo de valor, as ligações de mercado e o quadro regulamentar em matéria de comércio e investimento.

O Parlamento Europeu reconheceu várias vezes a filosofia de desenvolvimento única do Butão, iniciada aquando da abertura à globalização. Esta estratégia baseia-se no conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB), que mede a qualidade de vida da população e procura um equilíbrio entre o desenvolvimento espiritual e material.



Em novembro de 2019, realizou-se a oitava consulta Bienal do Governo do Butão e da UE, ocasião em que a UE incentivou o Butão a aplicar as convenções em matéria de direitos humanos que poderiam permitir o acesso do país ao regime SPG+.

Maldivas

Embora não exista ainda qualquer acordo formal de cooperação com as Maldivas, a UE presta apoio à cooperação às comunidades rurais, ao turismo e à atenuação dos efeitos das alterações climáticas. Em 16 de julho de 2018, o Conselho dos Negócios Estrangeiros da UE adotou um enquadramento para medidas restritivas específicas contra as pessoas e entidades responsáveis por prejudicar o Estado de Direito ou pela obstrução a uma solução política inclusiva nas Maldivas, bem como contra pessoas e entidades responsáveis por graves violações dos direitos humanos.

As Maldivas são vulneráveis às alterações climáticas e estão expostas à subida do nível do mar e à erosão costeira, que constituem uma grave ameaça para a viabilidade do país. O país também é afetado por um elevado nível de desemprego dos jovens, violência e toxicodependência, e a agitação política e social tem vindo a aumentar, desde que o líder da oposição, Mohamed Solih, derrotou o antigo Presidente Abdulla Yameen Abdul Gayoom, em setembro de 2018.

Em 2011, as Maldivas saíram da categoria dos países menos avançados (LDC) das Nações Unidas e obtiveram o estatuto de país de rendimento médio superior em 2013. A economia baseia-se essencialmente no turismo e na pesca. A UE é o quarto maior parceiro comercial das Maldivas, representando 10 % do total do seu comércio de mercadorias (2017).

Nas eleições legislativas de abril de 2019, o Partido Democrático de Ibrahim Mohamed Solih, coligação governamental, ganhou a maioria dos lugares, enquanto o partido da oposição passou de 33 para 5 lugares.

Jorge Soutullo
11/2019

